



Recursos para a comercialização

O governo federal anunciou um conjunto de medidas de apoio à comercialização, ao custeio e investimento agropecuário, que envolvem recursos da ordem de R\$2,56 bilhões, a serem liberados neste mês. O enfoque principal é o apoio à comercialização no momento da colheita da safra de verão, na fase inicial nas principais regiões produtoras e com necessidade de suporte financeiro, para a garantia de renda e liquidez.

Do montante anunciado, R\$1,1 bilhão será destinado às linhas de custeio agrícola, à compra de insumos destinados à safra de inverno e ao custeio pecuário de milho-safrinha e sorgo. Somente para o custeio de café, serão liberados R\$100 milhões, em complemento aos R\$400 milhões do Funcafé, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em novembro de 2005.

Para o apoio à comercialização, serão liberados R\$1,16 bilhão, dos quais, R\$160 milhões para financiar a estocagem de leite, R\$300 milhões para estocagem e carregamento de arroz, e R\$ 700 milhões para outros produtos.

MAIS CRÉDITO

O panorama de crédito agrícola ficou mais favorável nos últimos meses, devido ao crescimento dos depósitos à vista, desde julho. Com isso, os recursos das exigibilidades bancárias (25% dos depósitos à vista devem ser destinados à agropecuária) cresceram em relação à safra 2004/05. Os bancos privados projetam um aumento de R\$3,5 bilhões a R\$5 bilhões no crédito de comercialização, no primeiro semestre de 2006, em relação ao mesmo período de 2005.

Os R\$300 milhões anunciados para apoio aos arrozeiros serão destinados à formação e ao carregamento de estoques, por meio de EGF (Empréstimos do Governo Federal). O setor também será beneficiado por leilões de PEP (Prêmio de Escoamento de Produto), de PROP (Prêmio de Risco de Opção Privada) e AGF (Aquisições do Governo Federal).

O governo irá realizar leilões de PEP para 300 mil toneladas de arroz do Rio Grande do Sul e de Santa

Catarina, para qualquer destino, exceto as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Os primeiros pregões estão marcados para os dias 21 de fevereiro e 07 de março, com a oferta de 60 mil toneladas em cada um deles. Após a avaliação dos resultados, serão realizados leilões semanais de 30 mil toneladas.

Os leilões de opção privada, também para 300 mil toneladas de arroz, começarão a ser realizados em março, no dia 7, com oferta de 50 mil toneladas do produto do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A data de exercício será 30 de abril. No caso de AGF, uma compra inicial está prevista em 250 mil toneladas, mas ainda é necessário esperar a aprovação do orçamento da União.

Quanto ao desempenho das operações de títulos agrícolas, os CDA/WA (Certificados de Depósito Agropecuários e Warrant Agropecuário), foram registradas na BM&F e no CTIP operações de títulos agrícolas no valor de R\$153 milhões, dos quais, R\$138 milhões equivalem a 473 mil sacas de café. Também estão sendo negociados títulos de algodão, trigo e melão.

Um projeto enviado ao Congresso Nacional prevê um orçamento de R\$ 2,180 bilhões para a compra de produtos e R\$650 milhões para escoamento. A CONAB pleiteia mais R\$1 bilhão para o escoamento da produção. O governo possui estoque de 4,1 milhões de toneladas de grãos, principalmente, trigo, milho, arroz e algodão.

MEDIDAS DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

Já o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou cinco medidas que beneficiam o setor agrícola:

CAFÉ - tratamento similar ao adotado para os demais produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Serão atendidas as cooperativas de produtores rurais até sua capacidade de beneficiamento ou industrialização do café, com limite de financiamento de até R\$ 3 milhões.

SOJA - produtores serão contemplados com a possibilidade de quitação, em até cinco parcelas, dos empréstimos tomados para o plantio da safra, vencendo a primeira delas sessenta dias após a colheita.

CACAU - prorrogação das dívidas nos

empréstimos que foram contraídos nas etapas 1, 2 e 3, no montante de R\$184 milhões; posição de dezembro de 2005. Nas operações das etapas 1 e 2, os produtores de cacau terão encargos financeiros iguais aos praticados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sendo estes de 6% ao ano para mini-produtores; de 8,75%, para pequenos e médios produtores, e de 10,75% ao ano, para os grandes produtores.

Foi estabelecido o prazo de até cinco anos para o pagamento do saldo devedor renegociado. O primeiro vencimento será em janeiro de 2007; as prestações serão anuais, no valor correspondente a 1/5 da dívida, de acordo com o fluxo de caixa dos produtores (70% do valor da parcela em janeiro e 30% em julho). Quem pagar até o vencimento, terá bônus de adimplência de 31% e 30% para os mini e demais produtores, respectivamente.

Os produtores que se enquadrarem na etapa 3 terão suas dívidas prorrogadas para 15 de julho de 2012, 15 de janeiro de 2013 e 15 de julho de 2013. As prestações com vencimento em janeiro e julho de 2005, e janeiro de 2006, dos financiamentos concedidos para a aquisição de Certificado do Tesouro Nacional (CTN) serão pagas em janeiro e julho de 2007 e janeiro de 2008, respectivamente. Os agentes financeiros devem adotar todas as medidas necessárias para viabilizar a renegociação até 30 de junho deste ano, inclusive, a formalização de aditivo junto aos mutuários.

UVA - o CMN também aprovou a manutenção de R\$0,42/kg para o preço mínimo da uva industrial nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Os preços dos derivados de uva serão divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de seu Manual de Operações. O preço mínimo serve como base para as operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF), referentes à produção de uva, da safra 2005/2006.

A preocupação do governo é apoiar o setor, tendo em vista a expectativa de que haja uma pequena redução na safra 2005/06, cuja colheita tem início em fevereiro, ainda sob o efeito da seca ocorrida no Rio Grande do Sul, em 2005. Na safra 2004/2004, foram colhidas 493,2 mil toneladas de uva, uma queda de 15% ante as 578,9 mil toneladas da safra recorde anterior.

Previsão de colheita recorde

O Brasil deverá registrar um recorde histórico na safra agrícola 2005/06, se as condições climáticas continuarem favoráveis, de acordo com a previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A produção prevista é de 124,4 milhões de toneladas de grãos, ou seja, um acréscimo de 66,6 milhões de toneladas (115,2%), em comparação com a temporada de 1990/91. A área plantada, estimada em 46,8 milhões de hectares, apresenta uma variação de 9 milhões de hectares (23,8%) em relação a 90/91.

Os dados constam do terceiro levantamento da safra 2005/06, divulgado pela Conab. O salto da produção agrícola do Brasil é creditado à profissionalização dos agricultores. Nos últimos anos, os produtores brasileiros passaram a investir mais em tecnologia (sementes melhoradas, fertilizantes, análise e correção do solo, plantio direto e máquinas), o que também provocou um aumento da produtividade das principais culturas, como soja e milho.

A safra 2005/06 terá um aumento de 9,3% em relação a anterior, de 113,9 milhões de toneladas. Com a redução das lavouras de algodão, arroz, soja e trigo, a área diminuirá em 4,3%, passando de 48,9 para 46,8 milhões de hectares. Segundo a Conab, essa diminuição foi causada pelas baixas cotações dos produtos, pelos altos custos de produção, desvalorização cambial e descapitalização do setor. Em compensação, a produção crescerá por causa da recuperação da produtividade, sobretudo, de soja e milho.

SOJA - a área plantada da soja deverá cair de 23,30 milhões de hectares para 22,15 milhões de hectares – uma diminuição de 5% – em relação à safra passada. O desestímulo à cultura é atribuído às baixas cotações do produto nos mercados interno e externo, aliado à desvalorização cambial.

MILHO - a área cultivada (primeira safra) deverá crescer em relação à safra anterior, passando de 9 milhões de hectares para 9,5 milhões de hectares, o equivalente a 5,9%. Já a produção deverá passar de 27,3 milhões de toneladas para 32,9 milhões de toneladas, ou seja, um aumento de 20,5%.

Estimulado pelo preço do mercado, o grão (primeira safra) também terá um aumento da área plantada, passando de 1,16 milhão de hectares, em 2004/2005, para 1,24 milhão de hectares – um crescimento de 6,8%. A produção esperada é de 1,33 milhão de toneladas, ou 20,3% a mais.

ARROZ - devido aos baixos preços no mercado, sofreu uma queda na área plantada, saindo dos 3,92 milhões de hectares da safra passada para 3,13 milhões de hectares na atual, ou 20% a menos. Esse resultado se refletirá na produção, que deve diminuir de 1,7 milhão de toneladas, o equivalente a 13%. Mato Grosso é o estado onde deverá haver maior perda, podendo esta chegar a 57,7% (de 2,04 milhões de toneladas para 864 mil toneladas).

ALGODÃO - também foi atingido pela queda no preço do produto, o que resultou na diminuição da área plantada, saindo de 1,18 milhão de hectares para 825,8 milhões de hectares, uma redução de 30%. A produção de pluma, por exemplo, deverá sofrer queda de 296,2 mil toneladas (-22,8%), ficando em 1 milhão de toneladas.

Os números foram apurados por 50 técnicos da Conab. De 23 a 27 de janeiro, eles percorreram 410 municípios nos estados do Centro-Sul, Bahia, Rondônia, Tocantins, Pará, sul do Maranhão e Piauí. Nesse período, entrevistaram 1.100 produtores e representantes de cooperativas, sindicatos e órgãos públicos e privados.

Produção nacional de grãos - em milhões de toneladas

Produto	2004/05	2005/06 (*)	2005/06 (**)
Arroz	13.2	11.7	11.5
Feijão - total	3.0	3.2	3.1
Milho - 1º safra	27.2	32.8	32.8
Milho - 2º safra	7.7	8.9	8.8
Soja	51.4	58.5	58.1
Trigo	5.8	4.7	4.8

Fonte: CONAB

(*) estimativa em novembro de 2005

(**) estimativa em janeiro de 2006